

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO ENSINO E  
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

TELEVISÃO E FORMAÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA

LÍLIAN QUEIROZ RABELO

FORTALEZA – CEARÁ  
2003

# TELEVISÃO E FORMAÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA

LÍLIAN QUEIROZ RABELO

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO ENSINO  
E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO REQUISITO PARCIAL  
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE ESPECIALISTA PELA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

FORTALEZA – 2003

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Planejamento do Ensino e Avaliação de Aprendizagem pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

---

Lílian Queiroz Rabelo

MONOGRAFIA APROVADA EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

Gláucia Maria de Menezes Ferreira  
Orientadora

## SUMÁRIO

Resumo .....	04
Introdução .....	05
1. O Desenvolvimento Social da Criança nos Anos Formativos .....	07
1.1. Personalidade em desenvolvimento .....	07
1.2. As crianças e o entendimento de <i>self</i> .....	11
1.3. Relacionamento social das crianças .....	17
1.4. A cognição social.....	21
2. O Perfil da Programação da Televisão no Brasil .....	27
2.1. Infantis – Desenhos .....	27
2.2. Programas de auditório .....	30
2.3. Novelas .....	34
2.4. Programas policiais .....	39
3. Análise do Impacto da Televisão no Desenvolvimento dos Comportamentos Sociais .....	43
Conclusão .....	55
Referências Bibliográficas .....	57

## RESUMO

O trabalho de cunho reflexivo ora apresentado tem como finalidade abordar a influência do mais abrangente e rico meio de comunicação do Brasil - a televisão - e suas conseqüências na formação social da criança. A análise aqui levada a efeito foi baseada, fundamentalmente, em pesquisas bibliográficas. Inicia-se com a abordagem do desenvolvimento social da criança nos seus anos formativos, numa exposição voltada para o lado psicológico, ressaltando a formação da personalidade da criança, o autoconceito, seu relacionamento e cognição sociais. Posteriormente, procurou-se demonstrar um perfil das programações apresentadas pelas televisões abertas no Brasil, enfocando de maneira especial os programas infantis, os programas de auditório, as novelas e os programas policiais. Em seguida foi analisado o impacto da televisão nos comportamentos sociais das crianças. A conclusão a que se pode chegar é que a televisão está muito longe do que seria o ideal, principalmente com relação às crianças em processo de formação da personalidade. Os horários de exibição de determinados programas são de inadequação cristalina, expondo os pequenos a toda sorte de informações, adequadas ou não. Violência, sexo e toda uma gama de tragédias da vida humana são exploradas sem qualquer condescendência com os telespectadores. Tudo isto pode ser creditado, sem sombra de dúvidas, à avidez da televisão aberta, principalmente as privadas, pelo lucro. O faturamento acaba por incidir diretamente na programação de forma que as emissoras buscam a todo custo a conquista de mais pontos de audiência, acarretando, assim a baixíssima qualidade da programação das televisões do país. Isto, em linhas gerais, é o que vai mostrar e demonstrar o estudo aqui apresentado.

## INTRODUÇÃO

A televisão desempenha um papel muito importante no universo comportamental brasileiro. A ela são atribuídas as mudanças nos usos e costumes regionais, as alterações de vocabulário, a redução do hábito de leitura.

Uma das grandes questões atuais é o fato de a televisão ter se transformado em babá das crianças, gerando uma série de conseqüências no comportamento infantil.

Para Moran (1991, p. 61):

“Com o acelerado processo de urbanização, a maioria das crianças passa longos períodos do dia confinadas em apartamentos, sem espaço de interação com outras crianças, enquanto os pais trabalham fora. A televisão passa a ser uma opção, principalmente para os que não tem outras opções (...) a criança chega à adolescência depois de ter assistido a 15 mil horas de televisão e mais de 350 mil comerciais, contra menos de 11 mil horas de escola. A televisão é agradável, não requer esforço e seu ritmo é alucinante. É a sua primeira escola. Quando chega aos bancos escolares já está acostumada a essa linguagem fragmentada, ágil e sedutora.”

Segundo Bee (1996), a principal forma de aprendizado das crianças menores é a observação e imitação. Tanto os comportamentos positivos como os agressivos são imitados por crianças que vêem televisão já aos 14 meses de idade. Desta forma, o consumo televisivo, geralmente acrítico e passivo, exerce interferência decisiva na representação que a criança faz da realidade.

Assistir à televisão favorece uma atividade mental passiva e incentiva na criança a preferência por uma vida fabricada, em prejuízo da sua vida própria. A televisão provoca na criança uma atitude de mero espectador, levando-a a perda de iniciativa e de emoções autênticas.

Uma programação bem elaborada, pode levar a criança a ficar a frente da televisão por muito tempo, em que se enaltecerá o culto ao corpo perfeito e a sensualidade. Assim, a criança acaba por imitar em sua rotina aquilo que foi visto na tevê, como se fosse parte de si mesmo, causando mudanças na sua formação.

De acordo com Penteado (1996, p. 127):

“A televisão faz a criança aprender, exatamente porque ela é participante, e o aprendizado está sempre em função do que é apresentado. Há sempre uma proporção direta entre o modelo do programa e a reação da criança. A proporção nunca é inversa. Isto é, um modelo ruim levará a criança a uma reação ruim em maior ou menor grau e um modelo bom acarretará uma resposta boa.”

Cientistas e educadores afirmam que muitas crianças não diferenciam a ficção da realidade.

Os modelos atuais revelam em sua maioria egocentrismo, violência ou demasiada erotização. Com a mercantilização crescente da mídia, há o interesse em transformar as crianças em consumidoras relegando a segundo plano valores como ética e cidadania. Os possíveis resultados são agressão, insegurança e receio do futuro.

Baseado na exposição acima, será feita nesta revisão de assunto uma análise do tema mostrando a influência da televisão na formação social da criança.

Para tanto, far-se-á uma abordagem psicológica do desenvolvimento social da criança nos anos formativos. Em seguida será comentado o perfil da programação televisiva no Brasil, explorando basicamente os programas infantis, de auditório, policiais e novelas. Por fim analisar-se-á o impacto desse meio de comunicação no desenvolvimento dos comportamentos sociais da criança.

Objetiva-se aqui mostrar os meios pelos quais a televisão influencia o desenvolvimento social da criança.

## 1. O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CRIANÇA NOS ANOS FORMATIVOS

### 1.1. Personalidade em Desenvolvimento.

Há na Psicologia várias teorias acerca dos padrões de desenvolvimento social e da personalidade.

Dentre estes estudos pode-se citar: a) abordagem biológica (temperamento); b) abordagem da aprendizagem à personalidade; c) abordagem psicanalítica à personalidade.

O temperamento, segundo a maioria dos teóricos, consiste em traços de personalidade (termo usado para descrever diferenças individuais duradouras no comportamento) relacionados com o nível de reatividade emocional e interação de determinado indivíduo com as pessoas que o cercam.

Estudiosos do temperamento como Kagan, Thomas e Chess, Buss e Plomin (*apud* Bee, 1996), apesar de discordarem quanto à definição do termo, concordam com uma série de suposições a serem relatadas.

A primeira delas diz que é inato ao ser humano padrões de resposta ao ambiente e aos outros indivíduos. As origens dessas disposições de comportamento podem ser genéticas ou advindas do ambiente pré-natal.

Para alguns teóricos, os padrões comportamentais têm origens em processos fisiológicos fundamentais, ou seja, os diferentes comportamentos estão relacionados com as diferenças de funcionamento do cérebro, do sistema nervoso e dos hormônios em cada indivíduo.

Outra suposição seria a de que o temperamento constrói a personalidade, dando-lhe uma inclinação na direção de determinados padrões. Assim haverá a estabilidade do temperamento da fase de criança até a fase adulta.

Na última suposição há o registro de que as características de temperamento respondem pelo modo como o indivíduo interage com as



peças e coisas que o cercam, bem como, com as respostas recebidas por ele.

Conforme Bee (1996, p. 263):

“Crianças altamente sociáveis buscam contato com os outros; crianças com baixo nível na dimensão de atividade tenderão a escolher atividades sedentárias como quebra-cabeças ou jogos de tabuleiro, em vez de beisebol. Ao mesmo tempo, a criança sociável, que pode sorrir mais do que a retraída, elicia respostas diferentes nos outros. Seus pais podem sorrir, pegá-la ao colo e conversar mais com ela, simplesmente porque ela reforça seu comportamento por seu temperamento positivo. A criança temperamentalmente ‘difícil’ pode eliciar mais respostas de crítica ou punição, ou receber menos elogios.”

Esta abordagem tem como pontos fortes levantar a discussão de que o temperamento é marcado por padrões inatos e que o comportamento final de uma criança dependerá da interação entre estes padrões iniciais e as respostas do ambiente.

Por ser uma área de estudo muito recente, há problemas quanto às medidas de temperamento utilizadas, uma vez que são baseadas em relatos dos pais sobre o comportamento e características dos filhos. E também quanto a uma unidade neste assunto. Os vários estudiosos empregam definições e medidas diferentes, dificultando a chegada de uma conclusão. Outra dificuldade apresenta-se no tocante dessa abordagem não esclarecer como os padrões desenvolvimentais interagem com as diferenças individuais inatas.

Na abordagem da aprendizagem social, o enfoque muda radicalmente. Para os teóricos dessa abordagem, com destaque para Albert Bandura, as diferenças nos padrões comportamentais devem-se ao reforço obtido no ambiente. Não desconsideram os fatores biológicos (influência hormonal e o temperamento), mas consideram como fonte de mais forte influência o ambiente no qual o indivíduo está inserido.

Existem várias escolas que defendem o campo da aprendizagem. Os chamados comportamentalistas radicais argumentam que o

comportamento pode ser justificado através do condicionamento clássico e operante. Bandura e seus seguidores unem à aprendizagem observacional elementos cognitivos.

Para os estudiosos da aprendizagem são aceitas duas suposições: o comportamento é fortalecido pelo reforço; e o reforço parcial de um comportamento o torna mais resistente à extinção.

De acordo com Bee (1996, p. 268):

“(...) os padrões de reforço parcial são um fator importante no estabelecimento daqueles padrões de comportamento distintivos e estáveis definidos como personalidade.”

No que se refere ao trabalho de Bandura, podem ser mencionadas mais duas proposições: o aprendizado de novos comportamentos advém em sua maioria da modelagem e através do reforço e da modelagem há o aprendizado de comportamentos e idéias, expectativas, padrões internos e autoconceitos.

Dessa forma as crianças podem aprender com a televisão, com a família, com os amigos. Ressalte-se que a modelagem não é um processo inteiramente automático. A aprendizagem vai depender da motivação para imitar, da atenção, da memória, da observação e daquilo que for fisicamente possível de ser copiado pela criança. Assim dá-se a internalização da aprendizagem, afetando o comportamento da criança de forma consistente e constituindo a sua personalidade (pode ser modificada mediante acúmulo de experiências que não se adaptam ao esquema existente).

O mérito da teoria em questão reside na aprendizagem via modelagem e reforço, extensível tanto às crianças quanto aos adultos.

Apesar da teoria de Bandura ser menos vulnerável, as demais teorias da aprendizagem são marcadas pelo mecanicismo e centradas em eventos externos, discorrem como adquirir determinado padrão de comportamento mas desconsideram as mudanças de desenvolvimento envolvidas.

Para os teóricos da abordagem psicanalítica a interação entre as

características inatas ao ser e o ambiente exerce papel fundamental na existência de diferentes tipos de personalidade. De acordo com Bee (1996, p. 273): “descrevendo mudanças sistemáticas no senso de *self* da criança, em suas necessidades ou impulsos, e em seu relacionamento com os outros”.

Como representantes desta linha teórica têm-se Freud, Erikson e Bowlby. Freud e Erikson concordam em alguns pontos a seguir descritos:

1) processos inconscientes e conscientes governam o comportamento. Relativo a estes Freud discorreu sobre três grupos de impulsos instintivos (impulso sexual, impulso preservador da vida e impulso agressivo). Erikson abordou o impulso para a identidade.

2) o desenvolvimento da personalidade resultante da interação entre impulsos e respostas do ambiente. A criança desenvolve habilidades cognitivas para obter a gratificação de suas necessidades básicas de forma indireta (criação do ego). O superego surge quando há restrição de alguns tipos de gratificação por parte dos pais.

3) a personalidade se desenvolve através de estágios centrados em determinadas tarefas ou necessidades básicas. Para Freud os estágios (estágios psicosssexuais) são assim divididos; estágio oral (0-1 ano), estágio anal (2-3 anos), estágio fálico (4-5 anos), estágio de latência (6-12 anos) e estágio genital (13-18 anos e idade adulta). Para Erikson os estágios (estágios psicossociais) são divididos em oito categorias: confiança básica *versus* desconfiança (0-1 ano), autonomia *versus* vergonha (2-3 anos), iniciativa *versus* culpa (4-5 anos), atividade *versus* inferioridade (6-12 anos), identidade *versus* confusão (13-18 anos), intimidade *versus* isolamento (19-25 anos), criatividade *versus* estagnação (26-40 anos), integridade de ego *versus* desespero (mais de 41 anos).

4) o desenvolvimento da personalidade específica vai depender do sucesso alcançado ao atravessar os vários estágios.

A teoria de John Bowlby (*apud* Bee, 1996) mesclou elementos da abordagem psicanalítica e biológica. Para ele o fator central da personalidade se encontra nos primeiros relacionamentos da infância. Traumas ou fracassos nesses relacionamentos durante essa fase inicial de vida afetarão permanentemente o desenvolvimento do indivíduo. Ele desenvolveu a teoria

do apego (o primeiro e o mais central dos apegos da criança é à mãe). A criança ao nascer vem equipada com comportamentos inatos que estimulam cuidados das outras pessoas. A mãe por sua vez está munida de comportamentos instintivos para responder às diversas solicitações. Dessa forma a mãe e o bebê se aproximam fazendo com que se estabeleça o apego da criança àquele adulto.

As teorias psicanalíticas são atraentes e seqüenciais. Focam de maneira interessante os relacionamentos entre as crianças e seus cuidadores. O desenvolvimento da personalidade da criança depende da interação desenvolvida por sua família. O ponto fraco dessa abordagem é a sua imprecisão.

## 1.2. As Crianças e o Entendimento do *Self*

Como se sabe, a personalidade e comportamento são formados pelos aspectos biológicos, já comentados no subitem anterior, e pelo conjunto de crenças, atitudes, escolhas, experiências do indivíduo (autoconceito).

O pensamento atual de como se desenvolve o conceito de *self* na criança tem forte influência de Freud e Piaget. Para eles o bebê inicia a vida sem a noção de separação.

De acordo com Bee (1996, p. 287):

“Freud enfatizou aquilo que chamou de relacionamento *simbiótico* entre a mãe e o jovem bebê, em que os dois se unem como se fossem um só. Ele acreditava que o bebê não percebe que é separado da mãe. Piaget enfatizou que o entendimento do bebê do conceito básico de permanência do objeto era um precursor necessário para a criança chegar à *autopermanência* – um senso de si mesmo como uma entidade estável, constante.”

Michael Lewis (*apud* Bee, 1996) divide o desenvolvimento inicial do autoconceito em duas etapas, a saber: o *self* subjetivo e o *self* objetivo.

O *self* subjetivo se inicia nos primeiros dois ou três meses de vida.

Nesta fase o bebê percebe, através de suas interações com objetos e pessoas, que é separado dos outros e que esta condição persiste através do tempo e do espaço. O conceito de permanência do objeto só se desenvolve mais tarde (entre nove e doze meses de idade), proporcionando ao bebê, de modo preliminar, a certeza de sua existência e permanência.

Já o *self* objetivo é atingido por volta dos dois anos de idade. Nele a criança se percebe como ser de qualidades ou propriedades. Nesta fase a criança começa a apresentar uma série de emoções que envolvem autoavaliação, tais como vergonha, orgulho; bem como um certo senso de independência, reclamando a execução de tarefas por conta própria e manifestando atitudes de posse em relação a determinados objetos.

Nesse estágio de autoconsciência inicial, a criança em idade pré-escolar passa a se definir através de suas qualidades e de sua participação no jogo social. A criança passa a compreender e aprender cada vez mais sobre os papéis a exercer na escola, na família. Vale ressaltar que este autoconceito está ligado a tarefas específicas, revelando ser concreto em muitos aspectos.

De acordo com Bee (1996, p. 289):

“As autopercepções de uma criança em idade pré-escolar também estão ligadas a características visíveis, como sua aparência, o que ou com quem joga, onde mora, o que sabe fazer bem ou não, em vez de a qualidades mais internas, constantes, como traços de personalidade ou capacidades básicas.”

Com o passar dos anos o autoconceito passa a ser mais abstrato, a criança desenvolve um senso global de autovalor. Dessa forma a mesma passa a descrever suas características externas e internas (sentimentos, idéias, pensamentos).

Na adolescência surgem preocupações com ideologias e crenças. Este fator vem de encontro à teoria de Erikson (identidade X confusão de papéis) que afirma ser a ideologia uma das tarefas centrais da adolescência. O jovem precisa buscar uma nova identidade, já que a identidade da infância é insuficiente. Para a formação da nova identidade, ou seja, para o adolescente

atingir uma nova visão de si mesmo, incluindo crenças, objetivos profissionais e relacionamentos, ele forma como base de segurança grupos com outros adolescentes que compartilhem seus ideais.

Um dos estudiosos do assunto, formação da identidade adolescente, é James Marcia (*apud* Bee, 1996). Seus estudos foram baseados nas concepções gerais de Erikson. Para Marcia a formação da identidade adolescente tem duas partes principais: crise e comprometimento. O primeiro refere-se a uma tomada de decisão, onde o adolescente revê escolhas e valores, podendo ou não ocorrer de forma tumultuada. O comprometimento é o resultado desse reexame.

Retomando o assunto do autoconceito, vale ressaltar seu aspecto avaliativo: a auto-estima que pode ser considerado como avaliação global do próprio valor.

Susan Harter (*apud* Bee, 1996) em sua pesquisa sobre auto-estima afirma que a mesma é resultante de dois julgamentos internos. Bee (1996, p. 295) assevera:

“Primeiro, cada criança experiencia algum grau de discrepância entre aquilo que gostaria de ser (ou pensa que deveria ser) e aquilo que acha que é. Quando esta discrepância é pequena, a auto-estima da criança geralmente é alta. Quando a discrepância é grande – quando a criança sente que não está vivendo de acordo com os seus objetivos ou valores – a auto-estima será muito mais baixa.”

Para a estudiosa existem alguns dois elementos que influenciam a auto-estima de uma criança. O primeiro deles é a valorização que a própria criança dá a uma determinada habilidade e a outra é referente ao apoio que a mesma recebe das pessoas que a cercam, com destaque para os pais e amigos.

A auto-estima em crianças em idade escolar mostra-se estável em curto prazo e instável no início da adolescência, devido às mudanças de padrões estabelecidos pelo próprio adolescente. No fim da adolescência a auto-estima passa a ser mais estável, mas com possibilidade de variação.

Pode-se dizer que há diferenças nas origens da auto-estima: a primeira advém do contato direto da criança com o sucesso ou o fracasso, este fator envolve informações comparativas que serão somadas ao autoconhecimento; a segunda é referente à influência exercida por pais e amigos no valor atribuído à determinada habilidade ou qualidade pela criança; já a terceira envolve rótulos e julgamentos atribuídos pelas outras pessoas sobre determinado papel.

Em suma, através do somatório dessas diferenças é que a criança constrói seu modelo interno (o que ela deveria ser e o que ela é).

Outro aspecto importante do autoconceito é o aprendizado de gênero e papéis sexuais pela criança.

Antes de se comentar os padrões desenvolvimentais desses fatores faz-se necessária a definição dos conceitos. O termo gênero refere-se à noção de ser pertencente ao sexo masculino ou feminino e que este perdura ao longo do tempo. Papéis sexuais são definidos como o ideário que se tem acerca dos papéis específicos a serem exercidos por homens e mulheres. Estereótipo de papel sexual é o conjunto de atributos específicos determinantes de cada sexo em uma cultura.

Diz-se que o comportamento de uma criança ou adulto é tido como típico de um sexo quando ajustado ao estereótipo próprio de seu gênero.

O conceito de gênero é desenvolvido pela criança em três etapas. Na primeira, chamada identidade de gênero, a criança apresenta capacidade de identificar corretamente seu próprio sexo e das outras pessoas. Na segunda etapa, chamada estabilidade de gênero, a criança passa a compreender que permanecerá com o mesmo gênero durante toda a sua vida. A terceira e última etapa, chamada constância de gênero, consiste no reconhecimento do gênero masculino ou feminino apesar das diferenças na aparência.

Quanto ao desenvolvimento de estereótipos de papel sexual, pode-se dizer que este ocorre cedo. Já aos dois anos de idade a criança consegue associar determinadas tarefas como pertencentes a um gênero ou a outro. Aos três ou quatro anos conferem atividades a homens e mulheres. Dos cinco até os nove anos de idade, a criança reconhece com facilidade traços de personalidade de homens e mulheres.

Conforme Bee (1996, p. 300):

“Os traços mais claramente estereotipados são fraqueza, gentileza, compreensão e generosidade para as mulheres e agressão, força, crueldade e aspereza para os homens.”

Na busca por informações acerca das regras de comportamento para meninos e meninas, a criança se mostra bastante curiosa, coletando dados através da observação de adultos e das normas passadas pela sua cultura, bem como, assistindo à televisão. De início as regras são tratadas como imutáveis, mais tarde há um entendimento de que estas podem ser mais flexíveis.

É pertinente enfatizar que as informações recebidas da televisão têm impacto sobre o ideário das crianças acerca dos estereótipos sexuais. Através de sua programação fica nítido que a tevê desenvolve nas crianças gêneros de papéis sexuais mais tradicionais.

Segundo Bee (1996, p. 306):

“Num nível mais sutil, Aletha Huston e seus colegas (1984) descobriram em vários estudos que os comerciais de brinquedos destinados aos meninos e os destinados às meninas são planejados de maneira diferente. Os comerciais para os meninos são mais rápidos, nítidos e altos – muitos cortes rápidos, música alta, atividade. Os comerciais para as meninas são graduais, suaves e com imagem menos nítida. As cenas desaparecem gradualmente, dissolvem-se, em vez de acabar bruscamente, e é usado um fundo musical mais suave. As crianças de primeira série já percebem essas diferenças. Elas assistem a um comercial de algum brinquedo não-estereotipado e são capazes de dizer se o estilo do comercial é adequado a um brinquedo de menino ou de menina.”

O estereótipo do papel sexual masculino, de acordo com as pesquisas na área psicológica, se desenvolve de maneira mais sólida e anterior ao do estereótipo do papel sexual feminino. As explicações para tal afirmação



são as mais variadas, tais como, o fato das mulheres exercerem papéis mais diversificados, portanto mais flexíveis que o dos homens.

Interessante observar que a criança apresenta um comportamento típico para seu sexo antes de compreender totalmente a estabilidade do gênero. De acordo com Bee (1996), entre um e meio e dois anos de idade, a criança já manifesta gosto por brinquedos típicos de um sexo. Aos três anos de idade, a criança já prefere contato com outras crianças do mesmo sexo. Na idade escolar os amigos são quase todos do mesmo sexo. Neste período a criança passa a estar mais atenta às atitudes das pessoas que a cercam e que são pertencentes ao seu sexo.

Muitos teóricos procuraram demonstrar como se dá o desenvolvimento do papel sexual. Freud, através do seu conceito de identificação, fez esta tentativa, mas sua explicação foi insuficiente pelo fato da criança apresentar comportamento típico para seu sexo antes de completar quatro ou cinco anos (faixa etária definida por Freud para início da fase de identificação).

Bandura, como teórico da aprendizagem social, enfatizou a modelagem e o reforço como definidores das condutas infantis de papel sexual. Tais comportamentos são reforçados pelos pais, principalmente filhos homens, quando brincam com objetos apropriados para seu sexo. Vale ressaltar, que o comportamento dos pais no tocante ao reforço é diferente entre meninos e meninas. Esta teoria também se mostra falha, uma vez que a criança discrimina o gênero de maneira precisa sem necessariamente precisar do reforço diferencial dos pais.

Para o teórico cognitivo-desenvolvimentalista Lawrence Kohlberg (*apud* Bee, 1996), a explicação para a explicação do desenvolvimento do papel sexual reside no fato da criança motivar-se a aprender cada vez mais sobre seu gênero quando percebe a qual deles pertence. Ele completa afirmando que após a criança adquirir completamente a constância de gênero é que se observará a imitação metódica do mesmo sexo.

A teoria relatada também se mostrou mal sucedida, uma vez que a criança apresenta gostos por objetos ou atividades próprias do seu sexo antes mesmo de entender completamente o conceito de gênero.

A teoria do esquema de gênero é a atualmente mais aceita para a explicação do desenvolvimento do papel sexual. Nela a criança passa a adotar o comportamento para o seu sexo assim que percebe a diferença entre meninos e meninas. Nesta fase ela ainda não compreende o gênero como permanente, mas assim que este mecanismo se faz compreender ela o adota como verdade absoluta ou regra imutável. Só posteriormente esta regra passa a ser mais flexível.

### 1.3. Relacionamento Social das Crianças

É sabido que o desenvolvimento das crianças passa por um aspecto dos mais importantes, qual seja, seu relacionamento com outras pessoas. Essas outras pessoas são tanto os seus pais quanto outros que tenham contato com ela tais como amigos, professores e outros familiares.

Willard Hartup (*apud* Bee, 1996) distingue dois tipos de relacionamentos que as crianças precisam ter: vertical e horizontal. O primeiro deles envolve como idéia central o apego, que pode se dar com um professor, irmão mais velho, pais, pelo fato de possuírem um maior poder social, mais conhecimento. Caracteriza-se principalmente por ser complementar. Já o segundo, chamado de horizontal, se dá com outras crianças de mesma idade tais como os amigos, que possuem igual poder social. Caracteriza-se, basicamente, pela reciprocidade e igualdade.

Referido autor salienta, ainda, que ambos os tipos de relacionamento são de suma importância para o desenvolvimento de habilidades sociais. Os verticais por proporcionarem à criança proteção e segurança, bem como, por capacitá-la a criar seus modelos funcionais internos e aprender habilidades sociais fundamentais. Os horizontais são necessários para que a criança adquira habilidades sociais próprias de um relacionamento entre iguais dentre os quais a cooperação, competição e intimidade e possa praticar seu comportamento social.

Dentre os relacionamentos verticais, sem dúvida, destaca-se a relação bebê-progenitor. Bee (1996) destaca como influência teórica mais

forte nos estudos sobre tal relação a teoria do apego, mais precisamente o trabalho de John Bowlby, já mencionado acima, tendo por base a ênfase sobre o significado do primeiríssimo relacionamento entre a mãe e o bebê. Tais relacionamentos têm um forte valor de sobrevivência por trazerem cuidados ao bebê.

Destaca-se na teoria do apego três conceitos básicos: vínculo afetivo, apego e comportamentos de apego. O vínculo afetivo pode ser definido como laço durável com um indivíduo específico. Aqui existe a vontade de manter proximidade com o outro. Quanto ao apego, conceitua-se como uma subespécie do vínculo afetivo em que o senso de segurança de uma pessoa está intimamente ligado ao relacionamento. É a utilização do outro como uma base segura. Já os comportamentos de apego são as exteriorizações dos vínculos afetivos e do apego, melhor dizendo, são comportamentos através dos quais as crianças ou adultos conseguem e mantêm a proximidade em relação a uma pessoa a quem é apegado.

Pode-se então afirmar que a relação entre a criança e seus pais é marcada pelo apego. Já o relacionamento dos pais com a criança é um vínculo afetivo.

Mas daí podem advir duas perguntas interessantes: como se dá a formação do vínculo afetivo dos pais com a criança? E o apego da criança ao progenitor?

Por muito tempo acreditou-se que o período logo após o nascimento seria uma espécie de período crítico para a mãe desenvolver um vínculo com o seu bebê. Por conta disso logo após o nascimento o bebê é colocado nos braços de sua mãe e a presença do pai no parto é um ato largamente usado. Ocorre que cada vez mais se tem como certo que não é o contato imediato com os pais que vai determinar a formação de um vínculo afetivo forte e duradouro com o bebê.

De acordo com Bee (1996, p. 314): “o que é essencial é a oportunidade para os pais e o bebê desenvolverem um padrão mútuo e interligado, de comportamentos de apego”.

Daí concluir-se que essa sintonia ou sincronia é que vai realmente influir na solidez do vínculo afetivo dos pais com o bebê.

Quanto ao apego da criança ao progenitor, Bowlby (*apud* Bee, 1996) apontou três fases em seu desenvolvimento, que são assim expostas:

1ª fase - Orientação e sinalização sem foco: ocorre do nascimento até por volta dos três meses de idade. As evidências de apego são poucas, mas suas raízes já podem ser observadas nesta fase. O bebê está construindo a capacidade de diferenciar o pai e a mãe das outras pessoas.

2ª fase – Foco em uma ou mais figuras: vai dos três até por volta dos seis meses de idade. O comportamento de apego é dirigido de modo mais limitado. Os bebês não apresentam nenhuma ansiedade especial por serem separados do progenitor e nenhum medo de estranhos.

3ª fase – Comportamento com base segura: segundo a teoria de Bowlby o bebê forma um apego verdadeiro somente por volta dos seis meses de idade. A criança usa a “pessoa mais importante” para ela como base segura para, a partir dela, explorar o que a cerca.

Observados os relacionamentos verticais, há que se destacar agora os relacionamentos horizontais, ou seja, aqueles que se dão entre as crianças, com os iguais.

Aos seis meses de idade já pode ser observado nas crianças um interesse positivo por outros bebês. Por volta dos dez meses de idade as crianças, na ausência de brinquedos, brincarão entre si, mas a atração pelos objetos ainda é grande. Dos 14 aos 18 meses observa-se o fenômeno do brincar paralelo, ou seja, as crianças estão juntas, mas brincam cada uma com seu objeto, sem interação, não brincam com a outra. Somente por volta dos 18 meses é que as crianças começam a brincar de modo coordenado. Há o aparecimento da preferência pelos companheiros de brincadeiras, com alguns sinais de amizades individuais. Já por volta dos 3 ou 4 anos de idade as crianças preferem brincar acompanhadas e a coordenação das brincadeiras é muito maior. Há também mais cooperação na brincadeira. As amizades tornam-se mais claras e um pouco estáveis.

Na idade escolar a importância dos iguais torna-se ainda mais acentuada. Crianças com 7, 8, 9 ou 10 anos preferem brincar com outras crianças, preferem interagir com elas. As atividades com as outras crianças são divididas com o assistir televisão. Nessa idade, os grupos de brincadeiras são

definidos em termos de atividades comuns.

De observar-se que as brincadeiras se dão nessa época, basicamente, com crianças do mesmo sexo. Até as amizades são também com os do mesmo sexo, excluindo o oposto. As crianças em idade escolar passam mais tempo com os amigos do que as pré-escolares e desenvolvem uma coleção maior de amizades.

Interessante notar que o nível de interação entre os grupos de amigos também se distingue entre os sexos. Nos meninos a competição e a dominância estão mais presentes. Nas meninas observa-se mais aquiescência, auto-revelação, concordância.

Bee (1996, p. 330), falando sobre o assunto, argumenta que:

“Nada disso deve obscurecer o fato de que existem grandes semelhanças nas interações de pares masculinos e femininos de amigos nos anos de infância média.”

E conclui:

“Não obstante, parece claro que existem diferenças de forma e estilo que podem ter implicações duradouras para os padrões de amizade ao longo de todo o período de vida.”

Vale ressaltar aqui, ainda, algumas das mudanças no conteúdo ou qualidade dos relacionamentos com os iguais. Neste aspecto dois extremos merecem destaque, quais sejam, o comportamento pró-social e a agressão.

O comportamento pró-social é aquele intencionalmente voltado ao benefício de uma outra pessoa, ou seja, o altruísmo. Começa a ser observado em crianças de 2 ou 3 anos de idade. Apesar de possuírem, nesta idade, apenas um entendimento inicial do fato de que os outros sentem diferentemente dela, já compreendem o suficiente sobre as emoções dos outros a ponto de responder de maneira apoiadora e simpática à tristeza ou à dor dos outros.

O outro extremo, a agressão, pode ser definida como a intenção de

atacar uma outra pessoa ou algum objeto. Interessante observar que a manifestação da agressão muda com o passar do tempo. Crianças de 2 ou 3 anos demonstram este aspecto atirando coisas ou batendo em pessoas. Ao crescerem e dominarem um pouco a linguagem. Passam a demonstrar a agressividade através de palavrões e insultos. Aqui mais uma vez o sexo é parâmetro de diferença. Os meninos são mais inclinados para a agressão que as meninas.

#### 1.4. A Cognição Social

Para compreender o subitem aqui proposto, necessário será primeiramente analisar o que o mesmo vem a ser. Tem-se que a cognição social vem a ser o pensar sobre as pessoas, sobre o que elas fazem e deveriam fazer, sobre como elas se sentem. Tal idéia, advinda da psicologia servirá para nos mostrar como a criança adquire seu conhecimento social e de que maneira o pensamento da criança sobre as pessoas, os relacionamentos, o certo e o errado, muda com o passar do tempo.

Bee (1996, p. 342) esclarece:

”A capacidade emergente do bebê de reconhecer os indivíduos e utilizar expressões faciais e outras sugestões corporais para o referenciamento social é um tipo de cognição social, assim como o desenvolvimento de uma teoria sobre a mente dos outros. Também poderíamos argumentar que o ‘modelo funcional interno’ de apego proposto é uma espécie de cognição social, assim como o auto-esquema da criança.”

A cognição social pode ser vista sob dois ângulos ou lados diferentes: o lado cognitivo e o lado social. Sob o ângulo cognitivo, o entendimento que a criança tem de si e dos outros, dos relacionamentos sociais, está baseado no seu nível de desenvolvimento cognitivo, na sua bagagem de conhecimento acumulada. Possui assim um apelo basicamente intuitivo. Aplicam-se as seguintes dimensões:

- das características externas para as internas: enquanto as crianças mais jovens atêm-se à superfície, as mais velhas procuram os princípios, as causas;

- da observação para a inferência: as crianças pequenas baseiam suas conclusões naquilo que pode ser visto ou sentido, enquanto as maiores naquilo que poderia ou deveria ser;

- do definido para o qualificado: as regras das crianças menores são fixas e definidas, enquanto a das maiores passam a ser qualificadas;

- da visão do observador para uma visão geral: as crianças passam de uma visão individualizada para uma visão do todo, mais geral.

Quanto ao lado social da cognição social, pode-se dizer que abrange a forma como a criança pode fazer para “ler” as pessoas. Entender com base em seu comportamento, reações e ações, aquilo que as pessoas querem demonstrar. É uma das habilidades sociais mais importantes e pode-se assegurar que tem relevância direta para o sucesso dos seus relacionamentos sociais.

A “leitura” acima mencionada perpassa uma série de aspectos que para o presente estudo é muito importante detalhar. Tais aspectos advêm da própria definição que demos acima de cognição social e abrange: pensar sobre as pessoas, pensar sobre os relacionamentos e pensar sobre o que elas devem fazer.

a) Pensar sobre as outras pessoas:

No que concerne ao pensar sobre as pessoas, dois aspectos podem ser considerados. Um deles é o relativo à percepção dos sentimentos dos outros. Por volta dos 10 ou 12 meses de idade o bebê já começa a perceber a diferença entre expressões faciais, positivas ou negativas. Aos 3 anos de idade já pode ser encontrado na cabeça das crianças o raciocínio de que a falha poderá acarretar tristeza e o sucesso acarretará alegria. Aos 4 anos, já existe o entendimento de que o comportamento dos outros é dirigido por suas crenças e desejos. Crianças com 6 anos de idade já compreendem que é possível passar da tristeza à alegria em decorrência das circunstâncias. E por volta dos 10 anos tem a noção de ambivalência, ou seja, a presença de sentimentos opostos com relação a um mesmo fato, acontecimento.

Um outro meio de compreender a capacidade da criança de perceber as emoções ou sentimentos dos outros é o desenvolvimento da empatia. Esta envolve dois aspectos, quais sejam, a percepção do estado ou condição emocional da pessoa e compartilhar esse estado emocional. Martin Hoffman (*apud* Bee, 1996) descreve estágios de desenvolvimento da empatia. No 1º estágio, chamado, empatia global, que é observada durante o primeiro ano de vida, o bebê pode compartilhar uma emoção forte, acontecida perto de si, agindo como se o fato desencadeador da emoção tivesse acontecido com ele. No 2º, empatia egocêntrica, ligada à consciência de *self*, que se observa a partir dos 12 ou 18 meses de idade, a criança percebe a emoção de outra e responde oferecendo algo que ela mesma considera confortador. O 3º estágio, empatia pelos sentimentos dos outros, que começa por volta dos 2 ou 3 anos de idade, caracteriza-se pela percepção dos sentimentos dos outros, seu compartilhar, mas a resposta da criança não é egocêntrica, voltada a si mesma. Por fim, no 4º estágio, empatia pela condição de vida de uma outra pessoa, aparente no final da infância ou na adolescência, a resposta empática da criança vai além da situação imediata da emoção, abrangendo a situação geral do outro indivíduo. Vale ressaltar que crianças com histórico de apego seguro apresentam mais respostas empáticas do que as outras.

Além da percepção dos sentimentos das outras pessoas, outro aspecto a ser mencionado vem a ser a descrição dos demais indivíduos. A evolução que se pode observar em crianças até a adolescência é que as características externas vão dando lugar às características internas com o passar da idade havendo três etapas: até 6 ou 8 anos de idade a descrição é baseada apenas nas características externas, aparência, onde mora, o que faz; por volta dos 7 ou 8 anos começam a ser mencionados traços ou qualidades internas das pessoas, mas ainda abrangendo em grande parte as características físicas; já na adolescência as descrições passam às comparações de umas pessoas com as outras, ou de traços da mesma pessoa.

b) Pensar sobre os relacionamentos:

Interessante aspecto da cognição social e dos meios que a criança usa para “ler” as pessoas é a compreensão que ela tem da amizade.



Para crianças em idade pré-escolar o sentido da amizade é dado em termos de partilhar brinquedos e o tempo em que ficam próximas. Já na escola primária a amizade é compreendida como tendo uma dimensão temporal. Amigas são as pessoas que têm uma história de conexão e interação. Há também o conceito de segurança mútua. Amigos são pessoas que se ajudam e confiam umas nas outras. Na adolescência a profundidade cresce. São tidas como amigas aquelas pessoas que compartilham seus sentimentos e pensamentos mais íntimos. A compreensão entre os amigos tem papel de destaque.

c) Pensar sobre o que as pessoas devem fazer:

Outro aspecto importante e que aqui merece ser analisado é o julgamento que as crianças fazem das ações de outras pessoas. Como as crianças julgam a moralidade das ações? Como decidir o que é certo ou errado no próprio comportamento e no comportamento dos outros?

O raciocínio moral e seu desenvolvimento foram muito bem estudados por Lawrence Kohlberg (*apud* Bee, 1996) e teve um grande impacto por avalia-los na prática. Kohlberg, inclusive, diante dos resultados de suas observações, dividiu o desenvolvimento do comportamento moral em níveis, cada um com dois estágios:

No nível 1, chamado de moralidade pré-convencional os julgamentos da criança são baseados em fontes de autoridade que a rodeiam. Assim como as descrições são basicamente de características externas como dito acima, os padrões utilizados para julgamento também são externos. O valor de certo ou errado advém das conseqüências da ação. No estágio 1 desse nível, chamado de orientação para a punição e obediência, as conseqüências físicas preponderam. Se foram castigadas, o comportamento é errado, se não, é certo. No estágio 2, o individualismo, propósito instrumental e intercâmbio, a criança evita fazer coisas que são punidas fazendo as que são recompensadas. Aqui já se pode notar um início de preocupação com os outros.

No nível 2, denominado moralidade convencional, os julgamentos da criança passam a ter como base regras ou normas do grupo ou grupos aos quais pertença, tais como: família, amigos, escola, igreja. O que o grupo define como certo ou errado é certo ou errado na visão da criança. Em seu primeiro

estágio, expectativas e relacionamentos interpessoais mútuos e da conformidade interpessoal, as crianças acreditam que o bom comportamento é aquele que agrada as pessoas. A intenção nesse estágio também tem realce. Agir com ou sem intenção serve para valorar o comportamento do outro. Já no segundo estágio, sistema e consciência sociais, a ênfase é dada em aderir a um conjunto complexo de regulamentos. As crianças concentram-se em cumprir o que seria seu dever, respeitar a autoridade, seguir a lei.

No nível 3, chamado de moralidade pós-convencional ou moralidade com princípios, há o surgimento de um novo tipo de autoridade pessoal. As escolhas individuais são feitas por meio de julgamentos baseados em princípios escolhidos pela própria pessoa. No estágio 1, contrato social, há o início dos princípios auto-escolhidos. As regras e normas são importantes, mas há a consciência de que algumas delas precisam ser ignoradas ou modificadas em certos casos. Já no segundo estágio desse nível, princípios universais éticos, as pessoas assumem responsabilidade pessoal por suas ações tomando por base princípios fundamentais e universais.

No entender de Kohlberg os estágios não estão ligados a idades específicas, nem os indivíduos progridem através de todos os estágios. E há que ficar bem claro que o nível e o estágio de julgamento moral são definidos pela forma de raciocínio utilizada para determinada questão.

No tocante à idade e sua relação com os níveis apresentados por Kohlberg, pode-se observar segundo dados trazidos à tona por Bee (1996) que o nível 1 (raciocínio pré-convencional) é dominante na escola primária sendo seu segundo estágio ainda encontrado em adolescentes mais jovens; o nível 2 (raciocínio convencional) é importante na adolescência média e muitas vezes permanece como forma mais comum na idade adulta; já o nível 3 (raciocínio pós-convencional) é bastante raro, até mesmo na idade adulta.

Outro ponto que Kohlberg não quis apontar mas que se evidencia com frequência é a ordenação dos estágios. O julgamento das crianças vai se transformando seguindo a seqüência de estágios propostas por ele.

Críticas à teoria de Kohlberg existem, como existem à várias teorias propostas pelos mais variados estudiosos. Pode-se citar Nancy Eisenberg e Carol Gilligan (*apud* Bee, 1996), com o modelo do raciocínio pró-social e a

ética do cuidado, respectivamente, mas nenhuma conseguiu suplantar em segurança e sistemática a teoria dos estágios de Kohlberg.

Afirme-se, ainda, com relação à cognição social, que seu nível poderá predizer pelo menos em parte o tipo de comportamento social que a criança apresentará. Com elevado nível de raciocínio sobre as amizades elas tendem a possuir amizades mais íntimas. Um elevado raciocínio moral, igualmente, tenderá a uma maior probabilidade de comportamento justo e honesto.

Por fim, saliente-se, que o desenvolvimento da cognição social tem relação com o desenvolvimento cognitivo. Mas este não é o único fator para o desenvolvimento daquele. Há a necessidade de experiência nos relacionamentos e dilemas morais. Não é só o nível de inteligência que delineará a cognição social. Aquela é sem dúvida importante, mas a vivência social se sobressai como um de seus fatores determinantes.

## **2. PERFIL DA PROGRAMAÇÃO DA TELEVISÃO NO BRASIL**

A disseminação dos aparelhos de televisão pelo Brasil é realmente impressionante. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dão conta de que existem por volta de 2 milhões de casas no Brasil que têm televisão mas que não possuem geladeira. Vê-se, portanto, que o aparelho de televisão é considerado um bem de primeira necessidade nas residências dos brasileiros.

Outro ponto importante a ser aqui destacado é o fato de que as crianças brasileiras passam, em média, 5 horas a mais por semana na frente da televisão, do que passam na escola. Segundo dados do Ministério da Justiça, de 1997, e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, 2000, brasileiros com até 14 anos de idade passam 28 horas semanais com a TV e 23 horas na escola.

Por meio desses dados é possível dimensionar a influência exercida por este poderoso meio de comunicação junto às crianças. Num período de formação de caráter e personalidade da criança a escola, tradicionalmente chamada de segunda família, perde em espaço para a televisão. Isto nos leva a refletir sobre o que as crianças estão assistindo. Que tipos de programas estão servindo de “babás” para elas? Serão eles adequados e convenientes na formação de crianças? É o que se vai tentar responder neste tópico analisando quatro gêneros de programas a saber: infantis (desenhos), programas de auditório, novelas e policiais.

### **2.1. Infantis – Desenhos**

A televisão brasileira em seu início, com todas as dificuldades de produção, poderia ser considerada aventureira. Mas foi exatamente assim que ela “inaugurou uma tradição de qualidade dos infantis brasileiros” (Pereira Jr.,

2002, p. 242). Marcos desta tradição, o autor cita a produção do "Sítio do Pica Pau Amarelo", de Monteiro Lobato que durou de 1951 a 1964, passando por duas séries do mesmo "Sítio", uma de 1968/1969 na Bandeirantes, outra de 1977/1986 exibida pela Globo e pela TVE, bem como a versão brasileira da "Vila Sésamo" no início dos anos 70 e a safra de infantis da TV Cultura que celebrou o "Castelo Rá-Tim-Bum" como clássico, nos anos 90.

Essa época da produção de programas infantis de qualidade encarava criança como gente grande e não apenas como mero consumidor, este que ocorreu com a ascensão de Xuxa como ícone do mundo infantil e várias outras que seguiram seus passos, que tiveram como grande "qualidades" ensinar as gerações a comprar linhas de produtos com seus nomes.

Fenômeno interessante dentro do cenário atual das produções infantis é o fato das pessoas que criam os infantis evitarem a tevê. Paradoxal? Talvez não. Para estas pessoas, segundo Eduardo Elias (*in* Pereira Jr., 2002, p. 47): "as crianças precisam de natureza, de espaço para correr, brincar e deixar a imaginação à solta. Não podem ficar tempo demais diante da TV". Isto ocorre pelo fato dessas pessoas além de serem responsáveis por bons programas infantis, serem mães. Elas sabem que é importante estabelecer certos limites na educação dentro de casa.

Uma destas pessoas, Anna Muijlaert, à época supervisora do Disney Club, atualmente Disney Cruj (SBT), explicou a seu filho de 4 anos de idade que ele poderia ficar "burro" se visse tevê durante o dia. Anna, inclusive, criou cenas em que a turma do programa enfatizava como é bom não ficar esparramado em frente da televisão.

Ressalte-se, entretanto, que não basta apenas proibir, há a necessidade de oferecer opções às crianças, tais como, passeios e outras atividades como desenhar.

A mesma Anna entende que um bom programa infantil deve encontrar equilíbrio entre a formação e o sonho.

Outro ponto importante, além do conteúdo, são os desenhos apresentados nesses programas. Segundo a opinião de Rosa Crescente, que atuava como supervisora do Vila Esperança, apresentado há algum tempo

atrás pela Rede Record de Televisão, a violência não é um problema dos desenhos animados. Acrescenta ainda que as crianças sabem que se trata de uma fantasia e não se deixam influenciar por isso.

Essa afirmação é inclusive corroborada por pesquisas trazidas a lume por Marcondes Filho (1988, p. 107) segundo o autor:

”(...) quando se trata do tema violência, as pesquisas que a vinculam à TV desmentem as relações de causa e efeito supostamente estabelecidas: Imme Horne, nos EUA, constatou que a relação violência na TV/ação violenta imediata da criança, só existe durante o período de curta duração, talvez como imitação pura e simples da ação. Por um período mais longo não se confirma a influência da TV na violência infantil.”

Pode-se dizer, assim, que a televisão não altera nenhum quadro já existente. Os efeitos dela dependerão diretamente do ambiente em que a criança se encontra. E isso pode ser relacionado tanto aos programas infantis quanto aos desenhos neles apresentados.

Como falado anteriormente, em meados da década de 80, os bons programas infantis de grandes emissoras de televisão foram substituídos por programas mais voltados para criança-consumidor em detrimento de um conteúdo mais voltado às necessidades infantis. A explosão desses programas e seu crescimento na mídia fizeram aparecer nas publicações especializadas da área de comunicação e marketing a expressão síndrome infantil (Sampaio, 2000). Os programas infantis ofereceram às emissoras a chance de ampliar seu público e, principalmente, seu faturamento, com prejuízo da qualidade oferecida aos pequenos telespectadores.

Atualmente os programas infantis perderam a importância que tinham há alguns anos atrás. A TV Globo apresenta num período de 2h30min, durante a manhã, um programa apresentado por Xuxa e outro em que somente as apresentadoras, uma por dia, comandam a apresentação dos desenhos, e só. O SBT apresenta durante a manhã a Hora Warner e o programa Bom dia & Cia apresentado por Jackeline Petkovic. A Record tem para o público infantil e pré-adolescente no período da tarde o programa Eliana na Fábrica Maluca.

Rede TV e Bandeirantes não possuem programas infantis.

Ao que tudo indica, a chegada da televisão paga serviu para diminuir os investimentos em programação infantil na televisão aberta. Canais como “Cartoon Network”, “Fox Kids”, “Discovery Kids”, dentre outros, oferecem 24 horas por dia, desenhos animados, curiosidades, documentários voltados ao público infantil. Provavelmente com muito mais qualidade, mas com inconveniente de, num país como o Brasil, ser ainda restrito a uma parcela muito pequena da população.

Finalmente, merece atenção neste tópico a influência exercida pelas apresentadoras nas crianças. Não raro é possível ver que as crianças imitam seu jeito de vestir, de falar, tornando-se fontes de valores e padrões a serem seguidos. Além disso merecem relevo o fato dos programas infantis em especial e a televisão em geral, serem considerados “babás eletrônicas”, tomando conta de crianças que às vezes não têm o acompanhamento adequado dos pais. A dependência a esse meio de comunicação assim, tende sempre a aumentar. Ainda pode-se enfatizar a erotização dos programas infantis. Habitualmente é possível observar suas apresentadoras utilizando roupas sensuais que acabam por despertar cedo demais o erotismo na cabeça das crianças. Mas destes fatos surge a indagação: as crianças são vítimas da tevê? Segundo Pereira Jr (2002, p. 52), as coisas não são bem assim:

“(...) já se sabe que a criança filtra muito do que vê e a leitura que fará depende de suas experiências anteriores. Se ela imita cenas violentas ou danças eróticas é por achar divertido (ou, quem sabe, porque adultos aplaudem a ‘gracinha’). Não está provado, no entanto, que ela desenvolva instintos violentos ou sexuais por causa do vídeo”.

## 2.2 – Programas de Auditório

Os programas de auditório são espetáculos de origem circense, absorvidos pela programação de tevê. A semelhança é realmente muito grande. A figura do apresentador comandando as atrações a serem exibidas à platéia. Ocorre que tais programas deixaram de lado a destreza, arte e

agilidade das atrações do circo para dar lugar ao bizarro, espantoso, exótico, excêntrico.

No Brasil, o pioneirismo se deu com o programa *Antarctica no Mundo dos Sons*, realizado pela TV Tupi em 1951 e apresentado por Tito Madi. Daí em diante permaneceu como presença obrigatória em todos os canais de televisão, culminando com sua hegemonia na entrada do século XXI.

Em seu início, os programas de auditório utilizaram-se dos profissionais de rádio para sua apresentação. Assis Chateaubriand em 1949 começou a recrutá-los, tendo em vista a experiência dos radialistas que já apresentavam programas similares na década de 20. foi somente uma questão de adaptação à nova forma e meio de comunicação.

Segundo o jornalista Jotabê Medeiros (*in* Pereira Jr., 2002, p. 253):

“(...) todo o espectro de TV, de segmentada à pública, da comercial a *trash*, passa pelo auditório, depende dele de alguma forma. É a repetição farsesca de uma fórmula consagrada e fácil: a incontinência verbal, as garotas de maiô com sorriso congelado, os clichês dos apresentadores, os ‘palhaços’ incidentais”.

Este é realmente o espelho dos programas de auditório.

Como se disse acima, os programas de auditório adentraram o século XXI com uma hegemonia digna de nota. As redes de televisão parecem enfeitiçadas por tal gênero. O formato é o que mais cresce, o que possui mais influência, o que mais atrai audiência e, por via de consequência, mais engorda o faturamento das emissoras.

Até algum tempo atrás estes programas estavam concentrados nos fins de semana (sábado e domingo), com destaque para aqueles com ênfase musical, como *Chacrinha*, *Clube do Bolinha*, dentre outros, e de variedades como o *Programa Sílvio Santos*, ícone dos domingos e que sobrevive juntamente com as suas “colegas de trabalho”.

Já agora, os programas de auditório estão espalhados em todos os dias da semana. Seu crescimento é espantoso. Como exemplos pode-se citar: no SBT, o *Programa do Ratinho*, *Domingo Legal do Gugu*, que ao lado de



Celso Portioli e Sílvio Santos comandam o domingo. Nas segundas à noite Hebe apresenta o seu programa também na mesma emissora. Na Record, o programa Verdade do Povo com Vagner Montes; É Show, com Adriane Galisteu; Domingo da Gente, com Netinho. Na Bandeirantes, o Programa Hora da Verdade, comandado por Márcia Goldschmidt; Gilberto Barros com Boa Noite Brasil e Sabadaço. Na Globo vê-se o Caldeirão do Huck, o Domingão do Faustão e o Programa do Jô. Na Rede TV pode-se assistir aos programas: Eu vi na TV e Canal Aberto com João Cléber e o Superpop com Luciana Gimenez. Estes são os programas mais importantes destas emissoras e merecem destaque.

A importância destes programas é tamanha que é célebre a concorrência dominical entre Globo e SBT com seus respectivos Domingão do Faustão e Domingo Legal. A disputa pela audiência é acirrada e, às vezes, no afã de agradá-la ou prender sua atenção, a qualidade do que é apresentado fica claramente em segundo plano em detrimento do espectador.

Segundo dados fornecidos por Gabriel Priolli (*in* Pereira Jr., 2002, p. 251):

“90% das queixas contra eventuais (ou regulares) ‘baixarias’ na televisão encontram-se nos programas de auditório, nos quais a vulgaridade, em alguns casos, passa de fato por entretenimento.”

Ocorre que mesmo assim, é nesses programas que as emissoras investem. E se investem é pelo fato de haver retorno, demonstrado pelos índices de audiência que elevam a arrecadação dos canais de tevê com a venda de espaços publicitários tanto nos intervalos como no interior do próprio programa, com os apresentadores tentando convencer seu público das “infinitas” qualidades deste ou daquele produto.

Além dos tradicionais programas de auditório com variedades, pode-se observar programas de auditório com enfoque nas entrevistas com convidados. Neste gênero destaca-se o Programa do Jô, apresentado na TV Globo pelo sempre humorista Jô Soares e o programa da Hebe, comandado pela eterna “Rainha da Televisão”, Hebe Camargo.

Este tipo de programa é interessante. A técnica de entrevista nela empregada é bastante peculiar. Muitas vezes o apresentador se sobrepõe ao entrevistado, transformando-o em um espelho do apresentador, acarretando assim, não um diálogo, mas um verdadeiro monólogo. Ao que se percebe a regra nestes programas é o apresentador responder às perguntas que ele mesmo faz, pois ele sabe melhor que o entrevistado aonde quer chegar. O entrevistado fica tolhido pelo apresentador e tem que obedecer às suas ordens. Utilizando o pretexto da falta de tempo, às vezes chega até a cortar a palavra do entrevistado. Tal ato pode ser considerado como uma violência, não só contra o entrevistado, mas, principalmente contra o público que, interessado nas respostas, até gostaria de ouvir mais sobre o assunto tratado.

Para ilustrar, pode-se, através dos *sites* das emissoras de tevê, observar como elas mesmas tratam suas atrações de auditório. No da TV Record encontra-se o programa “É Show”, apresentado por Adriane Galisteu, descrito como um programa em que o espectador fica “por dentro” de tudo que é considerado “show” com muito entretenimento, informação, música e bate-papos interessantíssimos com pessoas entendidas em determinado assunto. Ressalta a alegria da apresentadora que possui a capacidade de transformar os temas apresentados em atrações imperdíveis. Finaliza com a menção de que seu público-alvo é formado por pessoas de qualquer idade que buscam diversão sem sair do sofá. No mesmo *site* encontra-se a descrição do Programa do Raul Gil enfatizando o vigor e a alegria do apresentador e a preocupação de fazer um programa com diversão para toda a família e as pessoas que comparecem no seu dia de gravação para acompanhar de perto o apresentador e seus ídolos.

Estas descrições dos programas mencionados demonstram que ambos são feitos para todas as idades, sem qualquer discriminação. Mas será que os assuntos tratados pelos mesmos respeitam a audiência de “qualquer idade” que eles buscam? Será que a proposta de ambos se adequa, por exemplo, aos telespectadores infantis?

Ao que parece a resposta é negativa. E não somente pelos exemplos aqui citados. A grande maioria dos programas de auditório tratam de assuntos inadequados até para o horário em que são exibidos. E, não raro, a

briga entre concorrentes por pontos de audiência leva os programas a mostrarem o “mundo cão”, como a alguns anos quando se comentou e falou na imprensa sobre a “guerra” do domingo entre Globo e SBT (Faustão e Gugu).

### 2.3 – Novelas

As origens das telenovelas são encontradas nos folhetins, que podem ser conceituados como histórias parceladas, contadas aos poucos e com ênfase dramática sempre valorizando o suspense entre um capítulo e outro.

Merece destaque, igualmente ao se abordar a gênese das telenovelas, o advento no Brasil das radionovelas em 1941. A temática é, igualmente, inspirada nos folhetins e seu público é basicamente formado por donas de casa. A popularidade das radionovelas no decorrer dos anos 40 foi enorme, principalmente, se for verificado que nessa época os rádios tornaram-se mais acessíveis à população. Com o sucesso desse gênero, houve a necessidade de aprimoramento das produções e equipes especializadas nesta atividade foram criadas.

Com o surgimento da televisão, a radionovela troca de espaço. É com a televisão que a novela encontra seu espaço, ganhando, com o passar do tempo, amplo terreno dentro do espaço de programação televisiva e consolida-se como campeã de audiência, atingindo todos os segmentos da sociedade.

Segundo Andrade (2000, p. 66):

“(...) este sucesso deve-se, em parte, ao fato de que a telenovela é uma dramatização e representação da vida cotidiana, com todos os seus problemas, conflitos, resoluções e comportamentos. Ela tem recursos suficientes para falar da vida mas o faz auxiliada pela ficção.”

E arremata dizendo:

“Na telenovela o espectador assiste à vida privada dos outros, inclusive distantes de outras classes sociais, de outras cidades, de outro tempo. Nela, ele tem acesso a situações conhecidas, mas também situações às quais não teria acesso de nenhuma forma e outras que são possíveis, mas não vividas. Apresenta ainda modas e esquemas de vida.” (p. 66)

A primeira telenovela brasileira diária data de 1963, criada na extinta TV Excelsior e tinha como título: 2- 5499 Ocupado. Foi a utilização do videoteipe em 1962 que possibilitou a telenovela diária, nos moldes como é hoje. Com o “Direito de Nascer” da Tupi em 1964 a novela vira hábito. Com “Beto Rockefeller” de 1968, as histórias refletem o cotidiano nacional.

Daí em diante as novelas fixaram-se no Brasil como um programa permanente e indispensável. Conquistou o melhor horário noturno, conhecido como horário nobre e tornou-se um dos melhores produtos de exportação do Brasil para outros países. Gabriela Gemignani e Marcos Picery (*in* Pereira Jr., 2002) dão conta de que 123 países diferentes já viram novelas da Globo e no ano de 2000, 61 países exibiram alguma trama produzida por esta emissora. Ressaltam, igualmente que a novela “Escrava Isaura” (1976) foi exportada para 98 países, desde 1980 e “Sinhá Moça” (1986) o foi para 72 países, desde 1988, dentre outras. Isto, certamente, celebrizou mundialmente a atriz Lucélia Santos que conta com grande prestígio na China em virtude da apresentação e reapresentações seguidas da novela “Escrava Isaura” naquele país.

Dito isto, uma pergunta se impõe: qual o motivo para esse sucesso? Segundo Marcondes Filho (1988) isto se dá pelo fato de que as novelas mexem com mecanismos mentais muito fortes e decisivos. Além disso, a novela se coloca como método de controle social à medida que os telespectadores a vêem como meio de conhecer e dominar as regras da sociedade.

De fato, as emoções passadas pelas novelas, as experiências vividas por seus personagens, os ambientes em que se dão as suas relações, atraindo a grande maioria do público por ser algo diferente de sua vida cotidiana. Os problemas ali tratados são igualmente diferentes dos enfrentados pelo telespectador. Além disso a própria forma como a narrativa se desenrola, e

daí vem a competência do autor, serve como chamariz à atenção do público, curioso pelo “fim” deste ou daquele personagem.

Os assuntos tratados pelas telenovelas, assim, ocupam vital importância na análise que aqui se quer fazer. As novelas brasileiras discorrem basicamente sobre temas passionais. São eles que ocupam os maiores tempo e espaço na trama. Permanecendo esse assunto constante entre todas as novelas há espaço para algumas críticas sociais, como atualmente se vê na novela exibida pela Globo, *Mulheres Apaixonadas*, a problemática dos idosos, a violência urbana (balas perdidas), o homossexualismo, dentre outros. Não se pode esquecer da visão política, tratada de modo sério ou satírico, dependendo sempre de interesses “superiores” não compreendidos pela grande maioria do seu público.

Outro ponto a ser focado é a estruturação de cada capítulo de uma telenovela. Marcondes Filho (1988, p. 62) descreve com minúcias o desenrolar de um capítulo:

“Os segmentos das telenovelas são formados por miniquadros que se desenrolam sem fortes cargas emotivas e que terminam com um quadro emocionante. Este é geralmente fechado ao som de canção de fundo, que sobe à altura das vozes dos atores, produzindo a tensão. Após o intervalo comercial – que congela a emoção – retorna-se à cena interrompida, e a tensão desfaz-se rapidamente: os protagonistas relativizam, bagatelizam, reduzem, em suma, esvaziam a emocionalidade criada anteriormente, fraudando o telespectador, que se envolveu e continuará a cair no golpe da tensão”.

Pode-se então dizer que um capítulo de telenovela é formado a partir de miniquadros, separados entre si pela mensagem publicitária. Leva-se a emoção aos telespectadores às alturas e quando tal emoção chega ao seu ápice entra o anúncio. O mesmo Marcondes Filho (1988, p. 62) assegura que “isto não é casual, mas intencional, demonstrando que a verdadeira ênfase da telenovela está fora dela, está na mensagem comercial.” Fora de dúvida, a visão do referido autor tem razão. O retorno financeiro de uma novela é

enorme. As fatias publicitárias disputadas pelos anunciantes são caríssimas. O faturamento das emissoras comprova tal assertiva.

Além dos temas e da estrutura, outro fator característico das novelas é a sua linguagem, o meio como se faz entender pelo telespectador. Por economia, a economia, a produção corta, cancela e descarta cenas intermediárias, mantendo apenas momentos de alta significação. Isto ocorre pelo fato da tevê ter pressa. Por precisar economizar espaço, por exemplo, a paixão descrita nas novelas não pode gastar mais de quatro ou cinco cenas. As ações e cenas devem ser facilmente interpretadas e rapidamente decodificadas pelo espectador. O ritmo acelerado em que se desenvolvem as tramas impede o retardamento das ações. O vagar desinteressado, o respirar, a apreciação de recursos cênicos com lentidão não cabem na linguagem da novela. É preciso não gastar tempo demonstrando como é este ou aquele personagem, o conhecimento superficial de sua personalidade é suficiente para contar a história.

Além de todos esses aspectos aqui enfocados, vale ressaltar, ainda, o modo como as novelas influenciam os telespectadores. Além de ser um dos meios de controle social, as novelas são responsáveis por alguns hábitos, mesmo que passageiros, na vida das pessoas que a acompanham. Pode-se facilmente constatar tal fato quando as pessoas passam a falar, vestir-se e até pentear-se nas formas e modas lançadas pelas novelas. A roupa desta ou daquela personagem acaba se transformando em moda, mesmo que tal roupa não tenha qualquer relação com o clima da região em que se usa. Roupas típicas de frio, às vezes, são usadas na Região Nordeste, por exemplo, só porque aquela personagem a utiliza, e o importante é estar vestido daquela maneira, não importando onde. Além das roupas, as expressões ou gírias usadas se espalham de tal maneira a ser assimilado à linguagem das pessoas de norte a sul do país.

Outro ponto a ser destacado é o modo como as novelas passam a fazer parte das conversas das pessoas. Se uma novela tem um alto índice de audiência, certamente, as pessoas irão comentar umas com as outras de um modo até curioso. Fala-se deste ou daquele fato, desta ou daquela personagem como se o fato os atingisse diretamente e como se aquela

personagem fosse uma conhecida do espectador. Casos existem, inclusive, de pessoas que à frente da televisão conversam com a personagem, aconselham, avisam dos perigos adiante. Sem dúvida uma relação de completa entrega à história contada e de identificação com alguma personagem.

Ainda assim, com toda a identificação do público com as tramas apresentadas, com grande alcance deste gênero que não encontra barreiras de sexo, cor, classe social, profissão, até recentemente as telenovelas eram vistas como lixo cultural, meio de dominação alienação e que transformava os telespectadores em débeis mentais, incapazes de refletir sobre o que viam e comentavam todos os dias. Hoje, as opiniões estão mudando. Já se aceita o fato de que as telenovelas abrem muito espaço para as discussões sociais. Homossexualismo, violência contra a mulher, preconceito de raça e de idade, alcoolismo, uso de drogas, são temas explorados pelas telenovelas e, quer queira, quer não, fazem com que os telespectadores comentem, discutam e até achem respostas para alguns problemas que enfrentam no dia-a-dia da vida real. Pode-se dizer então que as novelas, ao contrário do que se pensava antes, trazem sim importantes discussões acerca das temáticas sociais. Não se deve esquecer, entretanto, como explica Marcondes Filho (1988, p. 63) que:

“O eixo principal da telenovela está fora da representação em si, a saber, no intervalo comercial, ou nela embutido como um corpo estranho – ‘*merchandising*’ -, isto é, a apropriação mercadológica do apelo aos sentimentos, medos e emoções das pessoas que a dramaturgia consegue fazer, instrumentalizando essas necessidades com outros fins: a obtenção de lucros e a venda de mercadorias”.

Conclui-se portanto, com a idéia de que a televisão está, cada dia mais, trazendo à discussão temas interessantes e polêmicos da vida social, mas não se deve esquecer nunca que o faz com vistas ao faturamento; aspecto mercadológico que faz com que as emissoras, em especial a Globo, garanta lucros extraordinários, conseguindo manter uma equipe de atores de renome, estúdios e equipamentos modernos e todo seu elenco de autores ou contadores de histórias.

## 2.4 – Programas Policiais

A violência enfrentada diariamente nas ruas pelo povo fez florescer na televisão brasileira um gênero diferente dos até então existentes, o programa policial. Tem como principal característica condensar num só programa todos os fatos relacionados à violência e a possibilidade de se estender um pouco mais sobre cada matéria, alongando-se em comentários, entrevistas, já que é especializado nas matérias policiais.

Não deixam de ser telejornais. Mas diferentemente dos telejornais comuns, que apresentam notícias variadas (política, saúde, internacional e policial), os programas policiais enfocam somente o dia-a-dia da violência contra as pessoas.

De uns tempos para cá este tipo de programa televisivo tem se espalhado por todos os canais de televisão e, não raro, acabam por produzir similares locais. Um dos programas mais antigos ainda hoje em exibição, o Cidade Alerta, apresentado pela TV Record em São Paulo, foi criado em 1995. Na mesma linha de produção surgiu aqui em Fortaleza o similar, Cidade 190, apresentado pela TV Cidade, afiliada à Record. O SBT há algum tempo atrás produzia e veiculava em rede nacional, o polêmico Aqui Agora. Ele, provavelmente, foi o fator determinante a levar a TV Jangadeiro, emissora local, a produzir o Barra Pesada, no ar desde 1990, sendo, na televisão cearense, o programa policial mais antigo.

Além do Cidade Alerta na Record, pode-se encontrar nos canais de tevê os seguintes programas: Repórter Cidadão, da Rede TV, apresentado por Marcelo Rezende; Brasil Urgente, da TV Bandeirantes, apresentado por José Luiz Datena e o Linha Direta, levado ao ar pela Globo às quintas-feiras à noite, após às 23 horas, com a apresentação de Domingos Meireles, mas que se não apresenta o mesmo formato dos outros programas citados, não pode deixar de ser considerado como programa policial. Além destes, como produções locais, pode-se arrolar o Barra Pesada e o Cidade 190, já mencionados e mais o programa Rota 22, apresentado na TV Diário e ancorado por Tadeu Nascimento.



Todos esses programas têm em comum o fato de apresentarem diariamente – com exceção do Linha Direta, que é semanal – as agruras da violência, mostrando rosto de assaltantes, estupradores, vítimas fragilizadas, acidentes de trânsito, perseguições a bandidos, enfim, toda sorte de tragédias e desgrças que fazem o dia-a-dia de uma grande cidade.

A crítica especializada em tevê não se cansa de alertar para os males que podem ser causados por este tipo de programa. Reiteradas vezes os tratam como lixo, chamando-os de sensacionalistas e dramáticos. Porém, a visão que as emissoras passam de tais programas em suas propagandas e em seus *sites* na *internet* é outra bem diferente. O Cidade Alerta da TV Record, por exemplo, é descrito em seu site na *internet* como um programa de jornalismo ágil e atual. Popular e com qualidade editorial e acabamento técnico de nível elevado, tendo público diversificado e audiência nas diversas camadas sociais. Enfatiza que não há desvios nem manipulação em suas notícias, enaltecendo a agilidade com que a equipe intervém no fato, trazendo a informação no momento em que acontece. Relata que possui uma equipe profissional e comprometida com a informação, fazendo do Cidade Alerta um porta-voz da indignação cívica nacional e que o mesmo tem a cara do Brasil .

Outro exemplo de programa em rede nacional e que possui descrição em *site* é o Brasil Urgente da TV Bandeirantes, que o descreve enfatizando que seu apresentador, José Luiz Datena, dá prioridade aos temas locais de São Paulo, estando muito próximo dos cidadãos e de seus problemas. Traz assuntos como segurança, saúde, trabalho e comportamento. Há prestação de serviço com um repórter informando de um helicóptero as condições de tráfego e relatando os flagrantes da cidade de São Paulo. Já na programação local o programa Barra pesada, no *site* da TV Jangadeiro é tratado como um programa de jornalismo policial, com amplo espaço dedicado à prestação de serviços e às ações da comunidade. Os comentários contundentes e imparciais do seu apresentador são enaltecidos e assevera que o programa vem se pautando ao longo do tempo, pela ética e pelo respeito, evitando os excessos e o sensacionalismo. Finaliza ressaltando ser um programa de verdade, um programa de cidadania. Para finalizar a visão das emissoras sobre seus próprios programas policiais, a TV Cidade de Fortaleza,

em seu *site* assim descreve o seu Cidade 190 como um programa que mostra a realidade das ruas e um canal para a população “soltar o verbo” contra as injustiças e o descaso das autoridades. Ressalta a competência de sua equipe que trabalha 24 horas por dia para levar tudo o que acontece na cidade para a tela da televisão e se diz presente em hospitais, delegacias e em qualquer lugar onde o fato acontecer, para que o telespectador saiba de tudo.

Dessas descrições, pode-se concluir que as emissoras renegam o rótulo de sensacionalistas e dramáticos a seus programas. Para elas são programas que prestam serviço aos telespectadores. Algumas vezes, eles podem até fazer isso, noticiando as condições de trânsito na hora do *rush*, dando voz às comunidades esquecidas pelas autoridades ou mesmo na hora de cobrá-las sobre descasos e desmandos. Ocorre que este serviço é prestado numa parcela muito pequena do programa. O maior tempo disponível está sendo utilizado para mostrar casos escabrosos e tirar vantagem do sofrimento das vítimas já fragilizadas com os acontecimentos.

Alvo de críticas ferrenhas em Fortaleza é o programa Cidade 190. Nele as câmeras mostram sem qualquer pudor, cenas terríveis. São corpos estirados no chão, sem vida e cobertos de sangue, com direito inclusive a *closes* em seus rostos, pessoas afogadas, queimadas, corpos mutilados em acidentes e outras tantas ocorrências diárias. O apresentador do referido programa, uma das vezes, ao vivo, rebateu as críticas ao programa que era chamado de violento, sensacionalista e inútil, dizendo que o mesmo estava ali para prestar um serviço à sociedade, alertando para os golpes aplicados por estelionatários, e como eles agiam e ensinando à população como fazer para não cair nas “arapucas” armadas.

Outro ponto a ser considerado quando se fala em programas policiais é o horário em que os mesmos são exibidos. Cidade Alerta e Brasil Urgente são exibidos em horários simultâneos, das 17h30min às 19h30min. O Repórter Cidadão é apresentado por volta das 16h20min até às 17h50min. O Linha Direta, da Globo, é apresentado em horário mais condizente, após às 23 horas. Na programação local, Barra Pesada e Cidade 190 são exibidos das 12h30min às 13h30min, enquanto o Rota 22 inicia-se às 18h10min e se estende até quase às 20 horas. O que se vê desta relação de programas e

horários é a inadequação do que se apresenta e do horário em que é apresentado. A Revista Veja, edição 1806, de 11 de Junho de 2003, p. 129, em matéria de Ricardo Valladares, afirma que “segundo dados do IBOPE, 15% da audiência nessa faixa do horário, na Grande São Paulo, é formada por crianças.” O grande problema da concentração de programas como Cidade Alerta, Brasil Urgente e Repórter Cidadão, em horário que vai das 16 horas até às 19h30min é a alta probabilidade de crianças acompanhando os programas sem que nenhum adulto possa controlar o que se está assistindo. A mesma reportagem traz os piores momentos de dois dos três programas veiculados em rede nacional aqui citados. Do Repórter Cidadão menciona três reportagens: numa, um bandido ameaçava se matar com uma arma encostada no pescoço. Noutra, explorou a história de uma criança de 5 anos que cuidava sozinha de casa porque a mãe era doente. Na terceira, repetiu diversas vezes cenas de um “pit-bull” matando outro cão.

Quanto ao Cidade Alerta, destacou-se como pior momento a cobertura do suicídio de um policial militar e só congelou a imagem no instante em que ele disparava contra a própria cabeça. A boa notícia nisso tudo é que as emissoras reconheceram os excessos cometidos e prometeram fazer ajustes. Ninguém sabe, entretanto, se esses abusos não voltarão a ser cometidos na busca de mais pontos no IBOPE. Curioso é lembrar, como faz o jornalista da matéria, que até pouco tempo atrás, a faixa de horário do final da tarde e começo da noite era marcada por uma programação leve. Quanta diferença!

### **3. ANÁLISE DO IMPACTO DA TELEVISÃO NO DESENVOLVIMENTO DOS COMPORTAMENTOS SOCIAIS**

Os tempos modernos, sem dúvida, são caracterizados pela influência dos meios eletrônicos no ser humano. Num primeiro momento, o rádio teve papel preponderante. Até os dias atuais, em áreas mais remotas não servidas por luz elétrica, o rádio é o meio de comunicação essencial. Mesmo assim é inegável a influência da televisão no Brasil dos anos 50 para cá. De início um pouco tímida já que o aparelho tinha um custo muito alto, mas com o passar dos anos o custo foi barateado e a diversidade de emissoras e programas fizeram a popularização da televisão. Esta se transformou em bem de primeira necessidade, relegando até outros bens de maior utilidade dentro de uma residência a segundo plano.

A imagem, introduzida no dia-a-dia por meio da televisão, acarretou profundas modificações nos modos de relacionamento do homem com a realidade e com o mundo. Acentue-se, igualmente, o surgimento de novos mecanismos mentais, tanto intelectuais quanto psicológicos, muito diferentes dos que a humanidade utilizou no decorrer de seu desenvolvimento, notadamente a palavra escrita que era a base da comunicação e do contato do homem a sua volta.

Corroborando esse entendimento, têm-se as palavras de Távola (1984, p. 10):

“Com a entrada violenta da imagem na civilização da palavra escrita, alteraram-se e ainda se alteram, também violentamente, os padrões de apreensão da realidade e conseqüentemente os do comportamento humano.”

A palavra escrita, antes com influência decisiva sobre o homem, tinha como grande qualidade o fato de exigir e impor um encadeamento lógico e racional da realidade, uma aplicação da razão ao mundo exterior para dar-lhe

um sentido, uma ordem. Já a televisão, agindo sobre os sentidos de forma direta, eficaz e intensa, mobiliza muito mais a sensibilidade do que a inteligência.

Ressalte-se, ainda, o fato de que em toda a história da humanidade, os grupos dominantes colocaram a seu talante as instituições formadoras disponíveis, na tentativa de cristalizar e massificar os povos, segundo sua ótica, idéias e interesses. Atualmente, a informação tornou-se um elemento novo e perturbador na história da tentativa de massificação. E como seu veículo principal encontra-se a televisão.

Mas não se pode depreender que o público da televisão, o receptor de suas mensagens e informações, seja uma unidade estática. Não é uma unidade amorfa e passiva. Possui tais características, mas se revela como uma diversidade de dinamismo elevado e de resistência. Távola (1984), menciona que no comportamento do receptor da comunicação latejam quatro instâncias que variam conforme suas condições culturais, emocionais e intelectuais. São elas: mimética, empática, reflexiva e libertária. Nelas se trava o embate entre o convencimento e modelagem de qualquer massificação e o reagir diversificado do receptor. Continua o autor dizendo que, ainda que contraditórias, as quatro instâncias atuam concomitantemente em cada comunicação e em cada recepção.

Veja-se, assim, o que vem a ser cada uma destas instâncias.

A instância mimética refere-se à imitação. Cada pessoa tende a imitar, incorporar ou aceitar o que vem da comunicação, segundo o grau e a natureza da coincidência entre seus códigos cultural e conceitual e a matéria objeto da emissão. Ocorre com pessoas de qualquer nível cultural, cada segmento mimetizando algum comportamento ou emissão. Ressalte-se, entretanto, que quanto menos cultura, mais mimetismo e repetição.

A instância empática incide sobre os mecanismos emocionais e independe de controles racionais. As emissões de televisão são as que mais estimulam a vigência da instância empática. Através dela são suscitadas relações entre público e meios de comunicação alheias ao controle racional e até contrárias a ele.

Já a instância reflexiva caracteriza-se por operar no nível racional.

É comum a todos os receptores, mas predomina naqueles que possuem um nível cultural mais alto. É racional, crítico e conceitual e atua diretamente no acionamento dos padrões de julgamento e de reflexão.

Por fim, a instância libertária, diferenciada da reflexiva por não invocar somente a razão. Preservadora da individualidade e do instinto de conservação do ser humano, defende o que é profundo em cada indivíduo, em cada sociedade, em cada cultura e em cada raça. Em tal instância, nenhuma massificação pode entrar para modelar. A atividade educativa, religiosa ou institucional tem como função precípua ativar a instância libertária.

As quatro instâncias aqui referidas incidem concomitantemente em qualquer comunicação e em qualquer receptor. E segundo Távola (1984, p. 47): “conhecê-las é libertar-se de seu domínio para usá-las no benefício próprio e da vida.”

Sabe-se que a televisão é um aparelho ideológico. É um meio modelador destinado a construir e manter a ética e a estética próprias ao sistema dominante. Em qualquer sistema ela funciona como expressão do poder. Este por sua vez utiliza-se da massificação, que atua no sentido de fazer com que algo seja visto, aceito ou desejado por todas as camadas sociais ou pelo menos pela maioria. E isto, vale ressaltar, não acontece somente com produtos oferecidos pela televisão, atinge os comportamentos sociais que são difundidos, aceitos e incorporados aos hábitos dos receptores como algo correto, mesmo que calcado profundamente em raízes culturais bem diferentes das dos assimiladores.

Visto em linhas gerais os modos pelos quais os meios de comunicação, especificamente a televisão, atuam em seus receptores, veja-se sua influência junto às crianças.

No tocante às crianças em particular, observa-se que seu aprendizado se dá por experimentação, por observação e por imitação. O que não aprende por experiência direta, aprende por submissão a uma autoridade ou por imitação de modelos atraentes. Se a televisão dificulta a experiência direta, ela tem autoridade e é atraente, tornando-se instrumento de penetração cultural ao potencializar o aprendizado de conhecimentos e de comportamentos.

Nos telespectadores infantis, os processos de imitação são inconscientes, provocados em parte pela falta de conhecimento do mundo e da incipiente bagagem cultural, que ainda se encontra em formação.

A televisão, igualmente, é fonte de socialização pela observação indireta, pela interpretação que faz da realidade.

Ferrés (1996, p. 57) aponta o seguinte fato:

“É cada vez maior o número de espectadores que transforma a televisão em fonte quase exclusiva de conhecimento da realidade. A informação da televisão converte-se, assim, em instrumento de poder.”

Isto é facilmente observado nas crianças. Em formação, se não forem bem acompanhadas tomarão como certos, comportamentos e fatos mostrados na televisão como fantasia. Tudo isto em decorrência da tevê ter se transformado numa espécie de corporificação do princípio da realidade.

Algo a merecer destaque é o modo com que a televisão opera com o receptor. Contrariamente à mídia impressa, por exemplo, que exige uma série de requisitos para ser alcançada, tais como a capacidade de leitura e o domínio de estágios de aprendizado, a televisão não opera a partir de códigos complexos, o que leva a facilitar o seu consumo por parte das crianças e adolescentes.

A televisão tem um papel muito forte no cotidiano das crianças. Possibilita-se por meio dela uma ampliação significativa do seu universo informativo. No contato com referido meio de comunicação, crianças, e porque não citarmos os adolescentes, vêm expandido o seu horizonte de vivências, tomando contato com conceitos e práticas diferenciadas daquelas experimentadas em seu dia-a-dia nos seus ambientes sociais, como família, escola ou amigos.

Esse papel, entretanto, é um caminho de mão-dupla. Se por um lado é possível a confirmação de suas experiências cotidianas nas comunicações que reforçam valores e padrões de comportamento com os quais a criança está familiarizada, por outro oferece a possibilidade de contato com o estranho, o diferente, o inesperado, numa fase em que ainda estão em formação para a

vida adulta.

Segundo Sampaio (2000, p. 188):

“Essa ampliação do universo informativo e do mundo da experiência da criança e do adolescente pode ter, em princípio, implicações as mais diversas. Ela pode propiciar o desenvolvimento de sentimentos de insegurança e desorientação, surgidos pelo contato prematuro com situações, acontecimentos ou concepções que entram em choque com a realidade vivenciada no seu cotidiano. Ela pode contribuir, em outros casos, para a relativização de suas próprias experiências, no sentido do exercício da tolerância e compreensão da diferença.”

Ressalte-se, ainda, a temática veiculada pela televisão. Tomando como exemplo a sexualidade, crianças e adolescente são “bombardeados” diariamente por diversas discussões e diversas cenas de programas em que o assunto é abordado. Diversos também são os horários, e como é de domínio público, nem sempre o assunto é tratado com a devida importância. No caso dos adolescentes o modo de tratar a matéria pode levar a sérias dificuldades no processamento das orientações sugeridas, se não tiverem um acompanhamento responsável. Daí se infere que aqueles jovens menos preparados, inseguros ou influenciáveis poderão se ver diante da opção de reproduzir o comportamento de certos personagens de televisão ou mesmo aceitar como corretos certos posicionamentos.

Se o caso dos adolescentes é complicado, o das crianças é ainda mais problemático. Com 6, 7 ou 8 anos de idade, já têm contato com situações as mais variadas ali à sua frente por meio da tela da televisão. Nessa faixa etária a grande maioria das crianças nem sequer se iniciou nas primeiras noções de educação sexual. O que esperar delas, ante a total falta de orientação, ao se deparar com cenas de impropriedade gritante?

Sampaio (2000) alerta que isso é resultado da comercialização das programações. Ocorre que daí advém um fato complicador. A tendência de comercialização expressa a condição de existência da televisão. Esta há muito tempo descobriu a criança como consumidora e influenciadora de consumo.



Dessa relação resulta o envolvimento da criança no mundo do consumo e o estímulo a assumi-lo como experiência ordenadora vital, posicionada no ápice da hierarquia de valores.

A comercialização acima mencionada faz com que o critério dirigente e absoluto das emissoras seja a audiência, o que acarreta o desequilíbrio entre os níveis informativo, formativo e de entretenimento da programação televisiva. Este fato é nitidamente comprovado nas emissoras privadas que têm o faturamento como questão principal. As emissoras públicas, ao contrário, têm mais liberdade na criação de programas realmente formativos e informativos, dosando estes aspectos com o entretenimento. Isto se deve ao fato de não visarem unicamente ao lucro.

O apelo de consumo passado pela televisão tem ressonância tanto em crianças e adolescentes que dispõem de recursos para participar do mesmo, em que pais e adultos responsáveis podem aceitar ou resistir a tal incentivo, quanto em crianças e adolescente desprovidas de recursos financeiros para responder a tão fortes apelos. Nestes, o contato com a televisão pode favorecer o desenvolvimento de uma consciência de desigualdade e exclusão social.

Pode-se aqui, igualmente, salientar o fato do contato da criança com a programação voltada ao público adulto. Por um lado este acesso pode favorecer a diminuição do distanciamento entre a criança e o adulto. Por outro pode levar à criança a exposição de questões para as quais ainda não desenvolveu plenamente a sua capacidade de compreensão e avaliação.

Analisando a relação entre os modos de visão da criança e do adulto frente à televisão, Ferrés (1996, p. 87) assevera que:

“O adulto compara o que está vendo com suas experiências anteriores, sua ideologia, seus valores, suas expectativas, seus fantasmas. A criança, no entanto, tem poucas experiências prévias. Não possui ainda uma ideologia. Mal começou a assumir valores. O jogo de relações desenvolve-se num terreno muito mais virgem, muito mais vulnerável.”

Referido autor sugere, ainda, que o papel do educador, e porque

não inserir neste contexto os pais ou adultos responsáveis, é importantíssimo no sentido da formação. É possível por meio desta, preparar o contexto no qual as imagens serão recebidas e preparar para que seja feita uma interpretação adequada das mesmas.

Assim, o problema da exposição da criança a temas adultos e até mesmo ao apelo ao consumo explorado abertamente pela televisão pode ser minimizado, refreado ou mesmo explicado por parte dos pais e educadores. O acompanhamento da criança é importantíssimo para um real entendimento do que é passado por meio da televisão.

Sampaio (2000) discorre sobre a relação de crianças e adolescentes com os adultos, perante a televisão, notadamente no que se refere à influência desta em suas vidas, sob a ótica do amparo familiar, renda, inserção no mercado de trabalho, dentre outros. A autora identifica seis modalidades diversas de vivência da infância e da adolescência no Brasil, a saber:

1) Infância e adolescência públicas: é vivenciada pela criança e/ou adolescente que iniciam vida pública precocemente, no âmbito televisivo. Contam com amparo dos pais. Acarretam redefinição dos termos de sua inserção escolar. O sucesso, a fama e o dinheiro passam a fazer parte de suas vidas muito precocemente. O ambiente de intensa concorrência altera profundamente seu ritmo de vida. Transformam-se em modelos a serem seguidos por outras crianças. Têm, pelo fato do acúmulo de obrigações, o menor consumo de mídia televisiva, mas nem por isso a televisão deixa de participar decisivamente da organização de seus cotidianos, tanto em casa como no trabalho.

2) Infância e adolescência protegidas: são amparados pelos pais ou adultos responsáveis no seu desenvolvimento físico, intelectual e afetivo. Sua responsabilidade básica é o estudo. Têm um consumo de televisão elevado. Mesmo assim vivenciam essas fases da vida como período de formação para a vida adulta, participando de atividades comuns a pessoas da mesma faixa etária. Estão sujeitos ao controle dos pais e adultos tanto no que se refere à sua liberdade de movimento quanto ao seu poder de decisão.

3) Infância e adolescência parcialmente protegidas: contam com os pais ou adultos responsáveis, mas são apenas parcialmente sustentados por

eles. Além dos estudos, já vivenciam responsabilidades de trabalho. A separação de seu mundo com o mundo dos adultos perde um pouco de nitidez. Ocorre um afastamento progressivo das atividades lúdicas e descompromissadas da infância. Por trabalhar e estudar, o tempo de lazer é redimensionado. Sua exposição à televisão é menos intensa e ficam sujeitos ao consumo de programas não específicos, por estarem à sua frente apenas no período noturno.

4) Infância e adolescência institucionalmente protegidas: são amparados, total ou parcialmente, pelo Estado, instituições religiosas ou associações da sociedade civil. Têm assegurado o direito à escola e o trabalho assume caráter de aprendizado para profissionalização. O mundo experimentado por eles é o mundo de outras crianças e adolescentes em condições de orfandade ou abandono semelhantes as suas e o mundo dos adultos/profissionais responsáveis por elas. Têm pouca ou nenhuma autonomia de consumo de mídia e são expostos à televisão, quando permitido e em horários preestabelecidos, assistindo aos mesmos programas.

5) Infância e adolescência desprotegidas: pro serem obrigados a garantir o próprio sustento ou da família, abandonam os estudos. Pelo imperativo do trabalho não têm direito à infância e adolescência como períodos especiais de suas vidas. Inexiste, praticamente, a noção de infância e adolescência como fase segregada da fase adulta, já que crianças, adolescentes e adultos estão submetidos às mesmas regras e obrigações por trabalharem juntos. Do mesmo modo da infância e da adolescência parcialmente protegidas, possuem um consumo de mídia muito pequeno em razão das relações de trabalho e da garantia do próprio sustento. No período da semana estão sujeitos à programação não específica pelo fato de que os programas voltados à sua faixa estaria são apresentados no período diurno, em que os mesmos estão trabalhando.

6) Infância e adolescência marginalizadas: são absolutamente desamparados. Vivem nas ruas e estão sujeitos à mendicância e pequenos biscates, o que pode leva-los à marginalidade e delinqüência. Escola e trabalho têm pouca ou nenhuma importância em suas vidas. O consumo de mídia televisiva se verifica do lado de fora de bancas de revistas, praças públicas,

lojas que expõem televisores ligados ou nas janelas das casas de amigos ou vizinhos. Não têm autonomia para definir programas e horários de preferência e não possuem qualquer acompanhamento ou informação sobre o que estão assistindo.

Pode-se compreender assim, com base nas modalidades acima mencionadas, que a influência da televisão na vida de crianças e adolescentes varia de acordo com a presença ou não de acompanhamento dos pais ou de adultos responsáveis, podendo-se incluir até mesmo os educadores nesse rol, da renda familiar, da estruturação da família, da escolaridade dos pais ou responsáveis, bem como a inserção no sistema educacional e de trabalho.

A influência da televisão no comportamento de crianças e adolescentes não se resume ao aspecto simplista de sua exposição a ela. Abrange isto, sem dúvida, mas vai além, devendo-se ter em mente uma série de fatores que cercam as crianças e que podem ser decisivas na maneira como elas vão encarar o que vêem. Além do mais é necessário que se ensine ou oriente a criança e adolescente a ver e a ouvir e não apenas olhar e escutar, isto acabará por facilitar seu posicionamento frente às questões abordadas pela televisão, que atualmente, como foi abordado acima, tem como principal razão de ser o faturamento e todas as conseqüências daí advindas.

Duas dessas conseqüências merecem ser aqui abordadas principalmente pelo fato de influírem diretamente no comportamento social das crianças e adolescentes e, muitas vezes, também dos adultos. Estes em uma escala um pouco menor, pelo fato de possuírem uma maior vivência, bem como uma maior visão de mundo, uma dessas conseqüências é a difusão das “modas”.

A moda contém o que se pode denominar de contradição interna. Explique-se. Ao mesmo tempo em que apregoa a imitação, seguindo-se os modelos, pretende buscar a singularidade, a diferenciação. E pretende ao mesmo tempo, ser igual para poder diferenciar-se.

Nas sociedades das comunicações audiovisuais de massas, a moda transformou-se de fenômeno marginal a fenômeno primordial. Se antes se reduzia quase exclusivamente ao âmbito do vestuário, agora se estende a todos os âmbitos da vida cotidiana, expressão verbal, profissões, livros,

filmes, idéias, concepções de vida, presença física, dentre outros. Tudo com a ajuda do meio televisivo.

Ferrés (1998, p. 234) sintetiza de forma cristalina tais idéias:

“A televisão é o grande templo no qual se realizam os grandes sacrifícios à moda, a todo tipo de moda. A televisão reflete a moda e, ao refleti-la, rende-lhe culto, fortalece-a, legitima-a, santifica-a, consagra-a. Ao mesmo tempo, a televisão marginaliza todos aqueles que se opõem às tendências da moda ou evitam submeter-se a elas.”

Ora, a televisão tem maestria neste aspecto. As telenovelas são seu melhor e maior exemplo. Como foi dito acima, no tópico específico sobre esta modalidade de programação, muitas vezes as roupas, os gestos, os penteados, a maneira de andar, são imitados por milhares de jovens que sem possuir qualquer visão crítica sobre o que assistem, incorporam alguns desses aspectos sem notar que foram criados para determinada região do país que nada tem a ver com dia-a-dia normal de suas vidas. Viram aquilo na televisão e a força com que a mesma impõe seus modismos faz com que se espalhem e virem uma verdadeira “febre”. E não segui-los pode trazer como consequência à não-aceitação num grupo e até mesmo, em situações mais extremas, o isolamento de crianças e adolescentes que não enxergam na moda imposta pela televisão, algo importante para ser seguido como se fosse uma crença. E isto, sem sombra de dúvidas, pode refletir-se seriamente nas noções de grupo, amizade, aceitação, acarretando profundas crises e problemas no que concerne ao comportamento social das crianças num futuro próximo.

Outra das consequências acima citadas é o consumo. A televisão, em busca de faturamento, expõe seus espectadores a toda sorte de produtos inculcando-lhes o consumismo.

Gabriel Priolli (in Pereira Jr., 2002, p. 168) trouxe a palavra de um autor de novelas e de um ator sobre a relação entre a televisão e o consumo. Para Sílvio de Abreu: “a televisão é honesta: a cada 15 minutos ela interrompe os programas para dizer: ‘Nós estamos aqui para vender extrato de tomate e sabonete’. Não se deve cobrar dela uma função educativa, porque a vocação

dela é ser comercial.” O ator Paulo Autran assim se expressa: “O teatro é a arte principal do ator, o cinema é do diretor e a televisão, do patrocinador”. Estas opiniões reforçam a idéia mais do que disseminada de que a televisão existe para vender um determinado produto. E, realmente, levando-se em consideração que a televisão busca o faturamento acima de qualquer coisa, para sua própria subsistência, tal assertiva é verdadeira.

O fato é que a televisão incita o consumo. Além das propagandas, Ferrés (1996) atenta para o fato do uso dos patrocínios. O autor afirma que com os patrocínios as marcas passaram a ganhar mais evitando o “zapping” (troca constante de canais durante a apresentação dos comerciais), típico dos espectadores da televisão. Os produtos passaram a ser anunciados dentro dos programas, trazendo grandes vantagens para os anunciantes. Continua o autor, corroborando em suas opiniões as palavras de Sílvio de Abreu e Paulo Autran, aduzindo:

“O verdadeiro cliente da televisão não é, então, o espectador, mas, sim, o anunciante, porque é ele que torna possível a existência da televisão. E a única forma de prestar um serviço ao anunciante é lhe proporcionando a maior audiência possível.” (p. 28)

Alguns motivos podem ser aduzidos para confirmar as posições aqui expostas sobre a relação televisão X consumo. Primeiramente, pode-se afirmar que a principal característica da televisão é a venda. Os programas apresentados vendem algo, que pode ser uma idéia, valores ou produtos. Como conseqüência, a televisão deve vender a si mesma constantemente. Para conseguir vender as idéias, os valores e os produtos, os programas devem conquistar o máximo de audiência. Por fim, a publicidade está presente em todos os programas, como acima foi dito, no princípio, no meio e no fim.

Esta outra conseqüência tem também a influência enorme no cotidiano de crianças e adolescentes. As relações sociais podem ter como meio a capacidade econômico-financeira de cada um de atender aos apelos consumistas anunciados. Não ter “aquele” carrinho, não poder comprar “aquela” bicicleta, pode ser fator de segregação social do mesmo modo como

visto na análise da relação moda X televisão. O sentimento de exclusão social pode aparecer numa criança e comprometer seu normal desenvolvimento social.

E, concordando com Ferrés (1998. p. 43), pode-se finalizar dizendo:

“É dessa forte conexão com a emoção e com o inconsciente que as imagens incidem nas crenças e nos comportamentos, são reguladoras da conduta, veículos privilegiados para a implantação de modelos de vida.”

Justamente para evitar esta influência enorme nos padrões comportamentais é que foi dada ênfase ao acompanhamento e orientação de crianças e adolescentes por seus pais e/ou adultos responsáveis, no sentido de que se possam filtrar certos aspectos e inculcar a idéia da televisão como entretenimento e não como fonte de verdades absolutas e comandante das atitudes em sociedade.

## CONCLUSÃO

A influência da televisão sobre a criança é um tema atualmente muito em voga. A grande maioria dos autores defende a tese de que a televisão, como está, traz mais malefícios que benefícios, principalmente no que concerne às crianças em período de formação.

O que se pode notar é que a televisão brasileira está sofrendo uma crítica muito acentuada no tema programação. Um fenômeno que pode ter alguma influência neste aspecto é o fato da entrada das tevês por assinatura no cotidiano brasileiro, trazendo para o público que pode pagar por ela, conteúdos específicos e, conseqüentemente, aprofundamento dos temas, rivalizando sobremaneira com a televisão aberta. Com a fuga dos telespectadores mais afortunados para as tevês por assinatura, as emissoras abertas tiveram a obrigação de se reordenar, acabando por investir maciçamente em uma programação de qualidade inferior, na ânsia de manter sua audiência, atingindo de forma hegemônica a parcela menos afortunada da população.

O fato acima descrito, aliado à necessidade premente de aumentar seu faturamento, fez com que a televisão aberta utilizasse todos os meios possíveis para manter a audiência. Não importa o horário, nem o que vai ao ar, contanto que se atinja tal objetivo. Como se teve oportunidade de observar, os programas policiais e os de auditório levam ao ar, indiscriminadamente, temas que exploram as misérias humanas e as tragédias sociais em horários acessíveis a uma quantidade muito grande de crianças, ainda não preparadas para discernir acerca do conteúdo apresentado.

Uma outra conclusão a que se pode chegar é que a televisão é formadora de modismos. Muitos dos hábitos, atitudes, comportamentos difundidos por essa mídia, têm influência sobre crianças e adolescentes que os imitam por não fazerem a diferença entre ficção e realidade, caso das crianças, ou para serem aceitos em grupos, como acontece com os adolescentes.



Além do modismo, outro fato constatado é a mercantilização crescente da televisão. Sua função primordial é a venda, seja de produtos, idéias ou valores. Por esta razão e pela necessidade de faturamento das emissoras privadas há a corrida por audiência. Os telespectadores são tratados basicamente como consumidores, aí incluídas as crianças, descobertas como agentes influenciadoras do consumo. Ressalte-se que não existe preocupação quanto a problemas sociais que daí possam advir, como o caso de segregação social daqueles que não possuem condições financeiras para adquirir este ou aquele bem de consumo.

Por fim, como possível saída à atual inadequação da programação televisiva, faz-se necessário o acompanhamento e orientação das crianças pelos pais e adultos responsáveis, aí incluídos os educadores, a fim de que elas sejam menos vulneráveis e inseguras frente aos apelos e às pseudo-informações passadas diariamente pela mídia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Roberta Manuela Barros de. **O Fim do Mundo: Imaginário e Teledramaturgia**. 1. ed. São Paulo. Annablume, 2000.
- BEE, Helen. **A Criança em Desenvolvimento**. 7. ed. Porto Alegre. Artes Médicas, 1996.
- FERRÉS, Joan. **Televisão e Educação**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Televisão Subliminar: Socializando Através de Comunicações Despercebidas**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1998.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão: a Vida pelo Vídeo**. 2. ed. São Paulo. Moderna, 1988.
- MORAN, José Manuel. **Como ver Televisão: Leitura Crítica dos Meios de Comunicação**. São Paulo. Editora Paulinas, 1991.
- PENTEADO, Heloísa Dupas. **Televisão e Escola: Conflito ou Cooperação?** Cortez, 1996.
- PEREIRA JR., Luiz Costa. (org.). **A Vida com a TV: o Poder da Televisão no Cotidiano**. São Paulo. Senac, 2002.
- SAMPAIO, Inês Sílvia Vitorino. **Televisão, Publicidade e Infância**. 1. ed. São Paulo. Annablume, 2000.
- TÁVOLA, Artur da. **A Liberdade do Ver: Televisão em Leitura Crítica**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984.

- VALLADARES, Ricardo. Sangue, lágrimas e escândalo. **Revista Veja**, São Paulo, n. 1806, p. 128-130, 11 de junho de 2003.